

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL I NA REABERTURA DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM 2021:
os desafios impostos nas desigualdades sociais nas infâncias**

**LITERACY IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL I IN THE
REOPENING OF A PUBLIC SCHOOL IN 2021:
the challenges posed by social inequalities in childhoods**

Fernanda Costa da Silva¹

Larisse da Cruz Guedes²

RESUMO:

Partindo da ideia de que a pandemia ocasionada pela Covid-19 influenciou e intensificou as desigualdades entre os estudantes no Brasil, este trabalho tem como objetivo compreender o processo de Alfabetização e Letramento na reabertura de uma escola pública de Belo Horizonte no ano de 2021. Além disso, foram feitas entrevistas com professoras e coordenadoras em uma escola municipal, com o intuito de identificar os desafios e as possibilidades na alfabetização surgidos durante o período pandêmico. Concluiu-se que a pandemia criou uma defasagem entre os alunos, além de ter sido perceptível a importância dos pais no acompanhamento dos alunos e a necessidade da escola em se posicionar por meio de estratégias para minimizar os impactos desse período.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Pandemia; Impactos; Infâncias.

ABSTRACT:

Based on the idea that the Pandemic caused by Covid-19 influenced and intensified inequalities among students in Brazil, this work aims to understand the Literacy and Literacy process in the reopening of a public school in Belo Horizonte in 2021. Furthermore, interviews were carried out with teachers and coordinators at a municipal school, with the aim of identifying the challenges and possibilities in literacy that arose during the pandemic period. It was concluded that the Pandemic created a gap between students, in addition to the importance of parents in monitoring students and the need for the school to position itself through strategies to minimize the impacts of this period.

Keywords: Literacy; Pandemic; Impacts; Childhood.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 impactou a educação brasileira devido ao isolamento social. No dia 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu uma nota de

¹ Graduanda em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.

² Graduanda em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.

esclarecimento para a necessidade de reorganização das atividades escolares em todas as etapas da Educação Básica.

Dessa maneira, as instituições escolares precisaram adotar o regime remoto, ou a educação a distância, com o objetivo de frear o contágio do novo vírus e garantir a educação para todos.

As presentes autoras buscam, por meio desta pesquisa, identificar e compreender como foi o processo de Alfabetização e Letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola pública do sistema de educação de Belo Horizonte durante a reabertura, em 2021. O interesse em discutir sobre esse assunto surgiu a partir do envolvimento de duas disciplinas no curso de Pedagogia, sendo elas "Alfabetização e Letramento", lecionada pela professora Arabie Hermont, e o "Trabalho Pedagógico na Educação Infantil", ministrada pela docente Magali Reis.

Para isso, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica para entender o que é Alfabetização e Letramento, com o apoio de obras de Magda Soares (2016 e 2021), Emília Ferreiro (1999 e 2011) e Ana Mortatti (2006 e 2019).

A pesquisa documental também foi uma ferramenta presente, pois, a partir dela, foi possível compreender o que se espera dos anos iniciais do Ensino Fundamental através da leitura do Plano Nacional da Educação (2014-2024) e da Base Nacional Comum Curricular (2024), além da leitura de documentos emitidos pela Prefeitura de Belo Horizonte, tais como o Plano Emergencial de Alfabetização (2021) e o Comunica Rede (2022).

Nos últimos tópicos, são apresentados os resultados das entrevistas feitas com professoras e coordenadoras de uma escola pública de Belo Horizonte em 2023. Através dos relatos das docentes, foi possível identificar como a escola agiu diante da pandemia, a importância da presença dos pais no processo de Alfabetização e Letramento, os desafios e as novidades que a pandemia trouxe para a prática professoral, dentre outros apontamentos.

Esta pesquisa foi resultado de um Trabalho Final de Graduação defendido em 2023 na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no curso de Pedagogia. Espera-se que esta possa contribuir com discussões sobre o cuidado acerca do sujeito criança e, assim, se consiga pensar em estratégias para ajudar aquelas que advêm de condições desfavoráveis.

2 METODOLOGIA

Propõe-se, por esta pesquisa, compreender o processo de Alfabetização e Letramento na pandemia por meio de uma visão mais ampla. Isso será possível por meio da leitura das leis,

das bibliografias que trabalham com a história e os conceitos de Alfabetização e Letramento e com as entrevistas realizadas. Com isso, será possível um melhor entendimento do recorte da pesquisa exposto no título.

Para buscar subsídios concretos e suficientes para o desenvolvimento da pesquisa, foi feita a leitura de artigos, livros e documentos que abordam o assunto da Alfabetização e do Letramento nos anos iniciais. Assim, debruçamos sobre importantes contribuições de pensadores acerca da construção social e histórica das infâncias no Brasil, os conceitos e as reflexões sobre Alfabetização e Letramento por Magda Soares, Emília Ferreiro e Maria do Rosário Longo Mortatti. Trata-se de um ir e vir entre os aspectos teóricos, bibliográficos, documentais e a prática da pesquisa no campo da escola.

Para além das contribuições dos pensadores citados, alinhar-se-á também aquilo que está descrito na BNCC acerca do que se espera de aprendizado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, trazendo também a LDB nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases), no que tange a este importante assunto tratado nessa lei, propondo, dessa forma, uma leitura a partir de documentos legais e dos que normatizam a Educação.

Ainda, é preciso debruçar sobre as metas relativas à alfabetização estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). A meta 5 menciona o objetivo em alfabetizar as crianças até o terceiro ano do ensino fundamental I.

Por fim, foram feitas entrevistas com professores de uma escola pública do município de Belo Horizonte, no intuito de compreender com maior afinco os impactos da pandemia, direta e indiretamente, na Alfabetização e no Letramento dos alunos matriculados nos anos iniciais naquele período.

O roteiro das perguntas foi elaborado com questões abertas, no intuito de coletar o máximo de informações possíveis a respeito do corpo escolar envolvido nessa situação pandêmica. Essas perguntas apresentam o modo como os professores enxergam a própria atuação e o aluno na reabertura das escolas em 2021. Consequentemente, a partir da entrevista com os professores, foi possível buscar os pontos de vista que eles carregam acerca da docência e dos alunos na aprendizagem da leitura e da escrita.

De acordo com os princípios éticos na pesquisa, as entrevistas foram realizadas com a participação das professoras mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além disso, os nomes dos sujeitos entrevistados são omitidos em virtude da preservação da identidade dessas pessoas.

3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITOS E REFLEXÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE

A criança está imersa no mundo da leitura e da escrita antes mesmo de adquirir as habilidades de ler e escrever. Elas observam o cotidiano marcado por diversas formas de comunicação, desde a linguagem verbal por meio das propagandas de televisão, outdoors, legendas nos desenhos, listas de compras e cartas, como também da linguagem não verbal através das placas, das expressões faciais dos personagens de desenhos animados, nos emojis e em tantos outros exemplos.

Em função dessa observação, é proposta uma análise sobre dois conceitos fundamentais para discutir tal temática, alfabetização e letramento, sendo a alfabetização “[...] entendida como processo de aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico; [...]” (Soares, 2021, p. 47), como também “[...] um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito” (Soares, 2021, p. 17-18).

Além disso, Magda Soares (2021) pontua três pontos de vista para compreender o conceito de alfabetização, sendo dois já citados. O primeiro corresponde ao domínio “mecânico” da língua, que consiste na relação fonema-grafema e vice-versa. O segundo ponto de vista seria a expressão/compreensão, ou seja, a habilidade de usar os recursos gráficos e físicos para comunicação, auxiliado pelas formas semânticas, morfológicas e sintáticas que este ponto de vista abrange.

No último ponto, Soares (2021) chama a atenção para o aspecto social que a língua pode ter de acordo com cada sociedade. Por exemplo, o uso da língua pode ter uma função diferente para cidadãos de uma área rural e urbana, característica que não é apresentada nos dois primeiros pontos, sendo o caráter social e político que a língua possui. Dessa forma, os contextos social, político e econômico interferem no processo de alfabetização de cada sujeito.

Ferreiro (2011, p. 44) também compreende o caráter social e cultural da escrita “como objeto cultural, a escrita cumpre diversas funções sociais e tem meios concretos de existência (especialmente nas concentrações urbanas)”.

Em vista dessa profundidade que abrange o termo, Alfabetização não é uma habilidade, mas sim um conjunto de habilidades. Logo, forma-se um fenômeno de natureza complexa e multifacetada e, por essa razão, tantos profissionais nas mais diversas áreas do saber preocupam-se com tal assunto. Por exemplo, o campo psicológico é responsável por estudar os

processos psicológicos pelos quais o indivíduo perpassa para aprender a ler e a escrever; já a psicolinguística preocupa-se com as análises de problemas, como tal a caracterização da maturidade linguística da criança para aprender a ler e a escrever, estudando as relações entre memória, informação visual e quando a criança lê; enquanto isso, a sociologia estuda as funções sociais da língua, como, por exemplo, as diferenças entre os dialetos de cada região e a norma padrão, esta última ensinada nas escolas, resultando assim em um encontro de diferenças (Soares, 2021).

Já o Letramento consiste no uso social da língua escrita. Dessa forma, é preciso não somente compreender a relação entre fonema e grafema, mas saber utilizar essa relação para se comunicar socialmente.

Devido à complexidade e ao rigor que os estudos na área da linguística foram tomando ao longo dos anos, o ato de ler e escrever e o uso social da escrita foram se diferenciando, logo "é preciso, hoje, também saber utilizar a leitura e a escrita de acordo com as contínuas exigências sociais, e esse algo mais é o que se vem designando de 'Letramento'" (Mortatti, 2004, p. 34).

A ânsia para compreender o termo Letramento surge a partir

[...] da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização (Soares, 2021, p. 63).

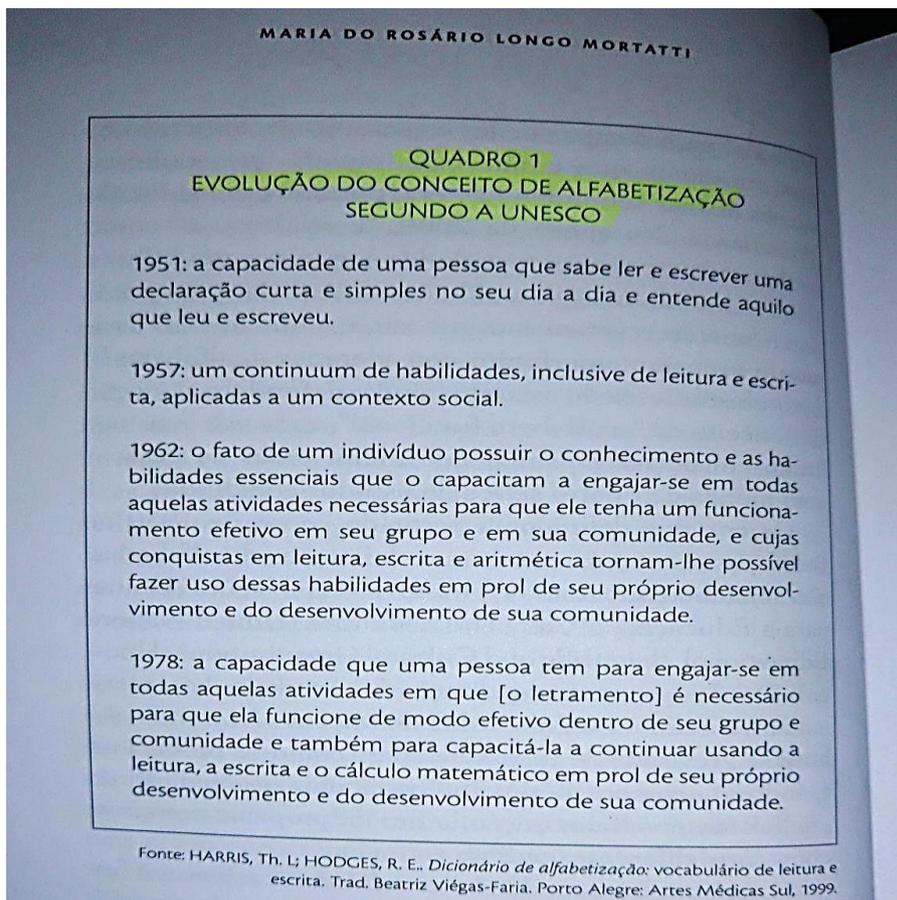
Dessa forma, foi necessário investir em pesquisas para estudar as particularidades da alfabetização e do letramento, visto que, durante um momento, tais termos eram entendidos como sinônimos.

Portanto, inicia-se, a partir da década de 80, a preocupação em diferenciar Alfabetização e Letramento no Brasil, assim como em outros países, como França, Inglaterra e Estados Unidos (Soares, 2021). Essa preocupação surge para diferenciar o sujeito que pode saber ler e escrever e aquele que possui "[...] habilidades de leitura e escrita necessárias para uma participação efetiva e competente nas práticas sociais e profissionais que envolvem a língua escrita" (Soares, 2021, p. 32).

Soares (2021) aponta que, no Brasil, quando começou o movimento para discussão da Alfabetização, se mesclou com o conceito de Letramento, sendo visível nos dados fornecidos nos censos demográficos. Embora trate-se de termos dialógicos durante a aprendizagem do sujeito, os dois conceitos carregam em si suas particularidades.

A ausência de uma clareza sobre o que é alfabetização refletiu em conceitos diferentes ao longo da história, como aponta Mortatti (2004), segundo os estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). A Imagem 1 mostra os diferentes significados para compreender o sujeito alfabetizado. No ano de 1951, a UNESCO considera o indivíduo alfabetizado aquele que possui a capacidade de ler e escrever de forma curta e simples no dia a dia.

Imagem 1 – Evolução do conceito de alfabetização



Fonte: Mortatti, 2004, p. 20.

No decorrer dos anos, a necessidade de engajar-se em práticas sociais a partir do domínio da leitura e da escrita foi sendo requisitada, como também o incremento da habilidade de fazer cálculos matemáticos para entender o indivíduo alfabetizado. Portanto, o aprofundamento da temática trouxe questionamentos e mudanças do que se entende como alfabetização.

Acrescenta Soares (2021) que, entre os anos de 1940 e 1950, se nota a mudança do conceito de alfabetização. Primeiramente, o conceito é apresentado como a habilidade de

escrever e ler. Depois, compreendendo como a capacidade de usar a leitura com sua função social e, por último, significando a compreensão da diferença entre saber ler e escrever e de saber fazer o uso da leitura e da escrita (Soares, 2021, p. 34).

[...] a necessidade de ampliar o conceito alfabetização somente começou a se tornar possível quando novos fatos, como a condição de alfabetizado e a extensão da escolarização básica, começaram a se tornar visíveis, gerando novas ideias e novas maneiras de compreender os fenômenos envolvidos (Mortatti, 2004, p. 84).

Além disso, o termo alfabetização tem se expandido para além do domínio do campo linguístico, sendo ele associado também para designar a pessoa que possui uma competência em uma área específica, como, por exemplo, alfabetização cartográfica, alfabetização científica, entre outras. Ainda mais, a alfabetização como libertação, como é defendida por Paulo Freire (Mortatti, 2004), pois

Do ponto de vista proposto por esse educador, os sentidos das palavras "alfabetização", "alfabetizado", "analfabetismo", "analfabeto" se alargaram, passando a abranger questões relacionadas não apenas à aquisição do código escrito em situação escolar, mas também à "leitura do mundo" e, em decorrência, a uma participação mais consciente de cada cidadão na transformação da realidade política, social e cultural brasileira" (Mortatti, 2004, p. 68).

O acesso à educação, como a aprendizagem da leitura e da escrita, é previsto em documentos que regem sobre a educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) (art. 208, 1996) impõe aos pais ou responsáveis o dever de efetuar a matrícula das crianças aos 4 (quatro) anos de idade na Educação Básica. Portanto, o processo de Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental é um dever em conjunto do Estado e da família para que ele seja efetivo e eficaz.

Outros documentos legais sobre educação citam a alfabetização, como, por exemplo, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) que dispõe de 7 estratégias na meta 5 para que as escolas implementem o objetivo de alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental. Dentre as estratégias para alfabetizar essas crianças, há

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças (Brasil, 2014-2024).

Além destas, a meta 1 firma 17 estratégias com o intuito de universalizar a Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos e aumentar a oferta de vagas em creches para crianças que tenham até três anos. Em suma, a Meta 1 visa

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (Brasil, 2014-2024)

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (2018) menciona que

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (Brasil, 2018, p. 59).

Dessa maneira, como o corpo docente e as instituições escolares compreendem a alfabetização? Como estavam e estão atuando com a Alfabetização com as crianças durante a pandemia da Covid-19 e o conseqüente isolamento social? São questões que norteiam a presente pesquisa.

4 A PANDEMIA

Em dezembro de 2019, foi descoberto um vírus letal, o Sars-Cov-2, também conhecido como Coronavírus e Covid-19. A princípio, seus sintomas confundiam-se com um quadro gripal corriqueiro, porém os sintomas iam se agravando com o decorrer dos dias, sendo comuns em casos mais graves dores no peito, perda da fala e falta de ar. A forma de contágio do vírus ocorre através da respiração, da tosse ou da fala, bem como com o compartilhamento de objetos de pessoas contaminadas.

Com isso, foi aprovada a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que, entre outros dizeres, afirmava que todas as pessoas que saíssem de suas residências deveriam utilizar máscaras faciais como medida protetiva contra a Covid-19 e higienizar suas mãos com água, sabão e álcool.

Desde 16 de março de 2020, o Coronavírus se tornou uma calamidade de ordem mundial. Dessa forma, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou o fechamento das atividades que geram aglomerações, para que, assim, houvesse uma quantidade mínima de

pessoas circulando pelas ruas, somente em casos necessários, como comprar mantimentos e ir ao hospital.

Consequentemente, as escolas e universidades tiveram que fechar suas portas e se adequar à nova realidade, ou seja, a educação teria que se vincular ao mundo virtual, os alunos não iriam para as instituições, mas elas deveriam alcançá-los em casa.

4.1 Fechamento das escolas

O fechamento das escolas visou instaurar uma política de isolamento social para conter o aumento dos altos índices de Covid-19. Conforme consta na nota de esclarecimento do Conselho Nacional de Educação no dia 18 de março de 2020.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), considerando as implicações da pandemia da COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, vem a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem em face da suspensão das atividades escolares por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19[...] (Brasil, 2020. p. 1).

O fechamento das escolas em 2020 pela Covid-19 acarretou diversas modificações nos modos de ser e estar dos alunos, dos professores e de toda a comunidade escolar, como a estrutura das aulas em modo *on-line*, o uso do Plano de Estudo Tutorado (PET's), aulas por meio de *lives* no *YouTube*, acompanhamento pedagógico através da rede social *WhatsApp* e do *e-mail*, conforme o levantamento de dados feito pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em 2021. Com isso, revelou-se uma desigualdade que já existia na realidade brasileira, aumentando ainda mais o *gargalo social* (Cordeiro; Morini, 2020) que há na educação quando se fala em acesso e permanência dentro das instituições de Educação Básica.

A desigualdade de acesso entre as crianças confirma a ideia do termo “infâncias”, visto que cada criança, de acordo com a origem social, histórica e econômica, vivencia a fase da infância de forma diferente. O enfrentamento da pandemia não foi diferente, em virtude da ausência de equipamentos para acessar as aulas.

Com o advento da pandemia, a prefeitura de Belo Horizonte tomou a iniciativa de propor maneiras de garantir o acesso, a permanência e mais aprendizagem e reforço escolar para os alunos. Na Imagem 2, há um fluxograma das atividades feitas para garantir o acesso à educação como, por exemplo, o reforço escolar.

Imagem 2 – Eixos norteadores das ações pedagógicas da Prefeitura de Belo Horizonte



Fonte: Comunica Rede, 2022.

Dessa forma, a pandemia proporcionou uma transformação no acesso à Educação Básica, fazendo com que os domicílios se tornassem a nova sala de aula por meio da imposição do regime remoto. Além disso, o acesso à educação se deu por meio dos planos de ensino tutorados (PET) e as aulas remotas através de plataformas *on-line*.

Ao tomar consciência da realidade dos estudantes, mapeada em suas condições concretas de vida, os profissionais da educação puderam conhecer e entender melhor os desafios e as possibilidades na interação família-escola, de modo a não acentuar as já terríveis desigualdades socioeducacionais. Em resposta à pandemia, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) criou um programa chamado “MapAtivo”, que tem como finalidade identificar os desafios enfrentados pelos estudantes durante o isolamento.

Desse modo,

A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED), assessorada pelo Instituto Cultiva, ONG que visa aumentar a capacidade de gestão dos(as) cidadãos(ãs) e otimizar ações integradas, focadas no ser humano e nas comunidades, implementou o “Programa mapAtivo: Comunidade Educadora”, que busca atender especialmente

aos(às) estudantes em situação de maior vulnerabilidade social e com dificuldades de acesso às ferramentas tecnológicas e aos ambientes virtuais de ensino (Belo Horizonte, 2021, p. 1).

Com a finalidade de reconhecer os mapas socioeducacionais das escolas na implementação dos processos de ensino-aprendizagem na pandemia, o programa buscava também identificar os desafios enfrentados entre os alunos e oferecer formação para os profissionais da educação (Belo Horizonte, 2021). A busca ativa se dava pelos profissionais que visitavam as famílias de alunos com dificuldades com o regime remoto, aspecto criterioso para a visita, como aponta a publicação do “Comunica Rede” em 24 de setembro de 2021, feita pela própria PBH

Inicialmente, foram definidos alguns critérios de escolha para priorização dos(as) estudantes cujas famílias seriam visitadas, como: impossibilidade de acesso às atividades remotas, ausência de retorno em comunicações com a família, ausência de suporte tecnológico e queda no desempenho escolar. Entretanto, o compromisso com a oferta de uma educação para todos e todas conduziu à definição de que essa atenção direta deveria se estender a todos(as) os (as) estudantes (Belo Horizonte, 2021, p. 1).

Segundo a publicação da PBH (2021), as visitas eram percebidas de maneira favorável entre a comunidade local, uma vez que esse reforço presencial tem se mostrado mais satisfatório que as tentativas de contato por telefone, se mostrando ineficaz.

Ainda durante a aplicação do “Programa MapAtivo”, já estava sendo possível colher frutos e perceber o sucesso do programa, pois, segundo a coordenadora Jacyra Lage, do “Programa Escola Integrada” das escolas municipais de Belo Horizonte,

Muitos vizinhos, quando nos veem nas visitas, querem saber que dia serão visitados também. Ainda é cedo para avaliar os resultados na aprendizagem, porém, desde o início do programa, houve um aumento considerável da participação dos estudantes nas aulas presenciais (Belo Horizonte, 2021, p. 1).

Esse retorno positivo pode ser atribuído justamente por ter estreitado o relacionamento entre a família e a escola, ainda que em um momento de distanciamento devido à pandemia, pois era perceptível o envolvimento, o acompanhamento e o retorno dos pais e dos responsáveis no desenvolvimento da vida escolar dos educandos. O ganho também foi notório na constatação das diversas realidades dos educandos, pois, a partir disso, foi possível também (re)pensar em

novas estratégias pedagógicas para que a construção de seu conhecimento pudesse acontecer, mesmo que dentro daquela realidade, da melhor maneira possível.

Compreende-se que o início do processo de alfabetização na pré-escola é de suma importância, visto que a criança começa a se apropriar da leitura em seu cotidiano, mesmo em passos pequenos. Por isso, uma questão surge entre as pesquisadoras: quais desafios e possibilidades surgiram com o processo de Alfabetização e Letramento a partir da reabertura de uma escola pública durante o ano de 2022 no município de Belo Horizonte? Para isso, pretende-se, ao longo desta pesquisa, apresentar os dados obtidos por meio de entrevistas com docentes atuantes em uma escola municipal de Belo Horizonte.

5 ENTREVISTANDO AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PANDEMIA

Este estudo tem como objetivo responder à seguinte questão: “Quais são os desafios com seus limites e possibilidades postos na Alfabetização e Letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental no período de abertura das escolas no município de Belo Horizonte?”. Dessa maneira, optou-se por entrevistar professores e coordenadores que lidaram com a Alfabetização e Letramento na pandemia, como também os profissionais que lidam, atualmente, com as consequências do isolamento social na aprendizagem dos alunos em uma escola municipal de Belo Horizonte em 2023.

Para isso, a entrevista foi feita com três professoras que atuam como reforço escolar (profissionais que têm como função lidar com as defasagens na Alfabetização e Letramento de alunos), dois profissionais da coordenação pedagógica e uma professora que lidou diretamente com a aprendizagem inicial dos alunos na leitura e escrita durante o isolamento social.

Situada na região oeste de Belo Horizonte, as entrevistas foram realizadas em uma escola municipal do bairro Beija-Flor³, que oferta o Ensino Fundamental completo. Os depoimentos foram coletados via gravação de áudio nos dias 24, 26 e 28 de abril e 26 de maio de 2023, tendo cerca de duas horas cada encontro. A coleta dos dados foi feita durante o período matutino e vespertino, mediante a disponibilidade dos entrevistados. Na transcrição dos relatos, as falas das professoras foram preservadas tais como foram vocalizadas.

Segundo o relato das docentes entrevistadas na instituição, os discentes que ali frequentam são de diversas realidades e perfis socioeconômicos. Exemplo disso são os alunos

³ Nome fictício.

provenientes do aglomerado periférico pertencente à mesma regional em que a escola se encontra, tornando-se alunos desta devido a sua localização, boas recomendações e até mesmo experiências outrora adquiridas de vizinhos e parentes que já estudaram nessa mesma instituição (ONG Favela É Isso Aí, 2020). Em relação a esses dados, foram coletados a partir de falas das próprias docentes entrevistadas, como também pelos documentos disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Vale ressaltar que os dados levantados aqui não devem ser vistos como generalizações, pois foi realizado um recorte de apenas uma das diversas escolas de Belo Horizonte que enfrentaram a pandemia. Pressupõe-se que cada escola teve suas particularidades para enfrentar os desafios ocasionados por essa adversidade.

6 ANÁLISE DE DADOS

A pandemia da Covid-19 trouxe um novo arranjo para as escolas e, conseqüentemente, impactou a vida dos estudantes, pais e professores. As entrevistas mencionadas no capítulo anterior contribuíram para compreender o processo de adaptação do corpo escolar para garantir o direito à aprendizagem com o foco na Alfabetização e Letramento das crianças.

Em 18 de março de 2020, foi emitido pela Prefeitura de Belo Horizonte o Decreto nº 17.304 (Belo Horizonte, 2020), anunciando a suspensão total das aulas nas escolas municipais dessa cidade. Por essa razão de ordem sanitária, milhares de crianças e jovens tiveram seu ano letivo afetado, impactando seu desenvolvimento cognitivo, social e psicológico pela interrupção das aulas presenciais.

Conforme o Decreto nº 17.298/2020, mais especificamente § 6º do art. 3º, e divulgação nos meios midiáticos, os educadores belorizontinos se encontravam em situação de teletrabalho em suas residências desde o dia 16 de junho de 2020.

Na tentativa de suprir a lacuna deixada pelo afastamento da escola, a oferta do Ensino Remoto para a Educação Básica, o Estado de Minas regulamentou pelo Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (Minas Gerais, 2020) desde o dia 27 de março do mesmo ano, a oferta das teleaulas iniciadas na educação pública em 18 de maio de 2020 (Menta, 2020).

Entretanto, pelas falas proferidas pelas entrevistadas e pelo acompanhamento do noticiário local, como a matéria veiculada no jornal O Tempo (Oliveira; Ariadne, 2020), no mês de agosto de 2020 ainda não havia uma estimativa de volta às aulas para a rede pública do

ensino municipal, mesmo que de forma remota, fazendo com que o calendário escolar ficasse atrasado e fosse também estudada a possibilidade de fundir dois anos letivos em um.

Em meio a esse momento, professores buscavam entender como adaptar os conteúdos para o modo *on-line* e até mesmo como se adaptariam para essa nova modalidade, uma vez que muitos docentes pouco ou nada sabiam a respeito de gravação de vídeo, edição de imagens e transmissão via diversos aplicativos e plataformas. De acordo com as entrevistadas, não fora fornecido a elas nenhum curso para aprendizagem/aperfeiçoamento que pudesse auxiliar nessas demandas, de forma que os professores se ajudavam entre si, além dos diversos tutoriais disponíveis na plataforma *Youtube*, mas que, por vezes, essas soluções não eram suficientes.

Ao analisar os dados obtidos, percebe-se, por meio dos relatos das professoras, a iniciativa da escola em criar soluções para dar continuidade aos estudos dos alunos. Por se tratar de um momento atípico, os professores e a coordenação escolar precisaram elaborar estratégias diligentes, fazendo com que fossem criados mecanismos de aprendizagem que pudessem atender ao necessário naquele momento. Como salientado pela Professora 2, “*nós tivemos que fazer tudo muito rápido [...]*”. A criação de linhas de transmissão via *WhatsApp* foi uma das formas de a escola entrar em contato com os responsáveis dos alunos.

Por meio dessa ferramenta, os professores mandavam as orientações para os pais semanalmente, como também tiravam dúvidas e acompanhavam o retorno das atividades. Aqueles alunos que, porventura, não tinham acesso aos recursos tecnológicos tinham como opção buscar as atividades impressas junto às secretarias das respectivas escolas.

Segundo a Coordenadora 1, as atividades impressas só podiam ter contato com os professores depois de 72 horas, como prevenção do contágio do vírus. Essa foi uma orientação dada pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Esse cenário apresenta um aspecto que requer a devida atenção, a desigualdade de acesso a recursos como internet e computador. Assim, existe uma dualidade entre alunos que possuíam aparelhagem digital e acompanhamento de seus pais e/ou responsáveis, o que facilitou o desenvolvimento desses discentes.

Do outro lado, havia crianças e adolescentes que não possuíam acesso à tecnologia e acompanhamento de outrem, devido à preocupação com a subsistência da família através do trabalho.

A presença diária dos responsáveis foi um fator essencial na aprendizagem desses discentes. Essa ideia é confirmada através da fala da Coordenadora 1, que menciona que os

alunos que tiveram o acompanhamento dos pais evoluíram, enquanto aqueles que não tiveram tais condições para isso, ou apresentaram dificuldades, ou como ela relata, "não evoluíram".

A Coordenadora 2 dialoga com o mesmo pensamento sobre a sinergia da escola e a família no processo de aprendizagem, "[...] *esses alunos que foram alfabetizados é porque os pais fizeram esse papel*". Em sua visão, é indubitável que a parceria comunidade-família-escola gere impacto de maneira positiva, dentro das circunstâncias, nos resultados demonstrados por esses alunos, visto que o desempenho apresentado se mostra mais satisfatório em relação aos que não têm o mesmo acompanhamento.

Durante a entrevista coletiva, a Professora 2 menciona que alguns estudantes advêm de regiões periféricas da escola e que essa carência impacta com veemência no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos. A professora entrevistada individualmente (P.R.A.) menciona que o retorno das aulas foi marcado pela defasagem de alunos, entre os que "estavam 'lá na frente'" e aqueles que "estavam 'lá atrás'". Mais uma vez, a fala das entrevistadas reforça essa separação entre os alunos, mesmo que de maneira inconsciente.

A Professora 3 menciona que a defasagem dos alunos contribui para um ciclo de desigualdade, "*porque as crianças que têm menos acesso vão continuar tendo. É isso aí, intensificou a desigualdade*", ou seja, ambas as professoras destacam a defasagem na aprendizagem entre os alunos. A resposta da escola diante desse obstáculo foi oferecer o reforço escolar como forma de garantir a aprendizagem e tentar minimizar essas distâncias entre os dois grupos citados.

O Reforço Escolar e o Tempo de Aprender foram uma das formas para amenizar a defasagem entre os alunos. Os dois projetos estão previstos como forma de garantir a aprendizagem dos alunos, segundo o fluxograma criado pela prefeitura de Belo Horizonte.

Além disso, a prefeitura de BH criou o PEALFA em 2021 como orientação para as instituições escolares criarem acompanhamento e formação de professoras com foco na alfabetização e letramento e no pensamento matemático.

Como diz a Coordenadora 1, "*a prefeitura deslanchou em fazer projeto para alfabetizar*"; ela acrescenta ainda "*a prefeitura desse lado, ela empenhou bastante em ajudar nessa questão né*".

Outro desafio mencionado pelas professoras e coordenadoras na pandemia foi o processo de alfabetizar e letrar sem ter contato com as crianças. Para P.R.A., é de suma importância estar perto do aluno, além de ressaltar a preocupação com a distância entre corpos docente e discente, pois isso impedia de observar de perto o desenvolvimento da criança.

E a alfabetização é muito específica, né? Não dá pra se fazer uma alfabetização longe. Alfabetização, ela tem que ser pertinho, né? Essa interação mesmo, a criança vai aprender, né? Os sons das letrinhas, a juntar as letrinhas pra formar as palavrinhas... Isso com as interações, né? [...]. (P.R.A., 2023).

A fala da C.1 dialoga com a P.R.A, visto que ambas acreditam que a alfabetização é um processo que necessita estar perto do outro, em que, segundo a entrevistada,

"[...] eu acho que cê tem que tá em contato com o aluno, cê tem que tá lá com o material, concreto, principalmente nessa idade de alfabetização [...] e em casa não ia fazer isso, não tem como." (C.1, 2023).

Apesar das dificuldades vivenciadas pela escola, a pandemia permitiu implantar novas possibilidades no contexto de sala de aula. Foi perguntado às entrevistadas quais foram as possibilidades/novidades que a pandemia proporcionou para a prática docente, e elas mencionaram várias possibilidades.

Ambas mencionam o uso dos recursos digitais na sala de aula. Como exemplo, P.R.A. ressalta que hoje enxerga a própria prática como tecnológica

"[...] eu achei que foi fantástica, foi esse uso da tecnologia, esse uso de trazer a tecnologia pra dentro da nossa sala de aula, de trazer isso com os alunos. Hoje eu sou extremamente tecnológica."

A C.1 relata que, devido à discrepância de acesso à tecnologia, a escola implantou projetores em todas as salas de aulas, os alunos passaram a ter mais aulas no laboratório de informática no turno regular e integral. Além do uso de *tablets* para os alunos que permanecem na escola, utilizados mediante agendamento do professor.

Dessa forma, é notável que o enfrentamento da pandemia pelas crianças não foi igual devido às condições sociais e econômicas, como também, isso acarretou o retorno às aulas presenciais, exigindo uma postura da escola como, por exemplo, a criação de projetos de reforço.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história brasileira, viveu-se uma dualidade entre as crianças ricas e pobres. Essa dualidade ainda permanece atualmente, como demonstrado nos relatos das professoras e

coordenadoras de uma Escola Municipal de Belo Horizonte que nos apontam a diferença no enfrentamento da pandemia.

Aprender a ler e a escrever foi um direito conquistado por meio do reconhecimento da importância dessa habilidade em uma cultura letrada. Apesar da garantia desse direito na legislação brasileira, nem todas as crianças possuem condições para usufruir de forma integral.

A Alfabetização compreende o domínio da relação grafema e fonema, ou seja, da capacidade de ler e escrever palavras, enquanto Letramento é o uso do domínio da leitura e escrita para uso social. Dessa forma, esses dois termos correspondem a um processo complexo e multifacetado.

O surgimento da Covid-19 impactou a vida de diversos estudantes. Com o isolamento social, a escola municipal entrevistada utilizou-se do uso das “Trilhas de Aprendizagens”, que eram orientações/atividades enviadas aos pais por meio do *WhatsApp*. Os responsáveis que não tinham aparelhos digitais para acompanhar as atividades enviadas pelo modelo de PDF disponibilizado pela escola podiam optar pelas atividades impressas ofertadas pelas instituições.

As atividades eram mandadas semanalmente para os pais e retornadas para as professoras para as correções. Segundo as docentes, uma das dificuldades das atividades à distância era a falta de retorno destas e a necessidade de acompanhar os alunos de perto.

O fechamento das escolas devido à pandemia confirmou as três hipóteses desta pesquisa, visto que a pandemia influenciou o processo de aprendizagem da leitura e da escrita das crianças através do ensino à distância, intensificando também as desigualdades entre os estudantes devido à falta de acesso a equipamentos digitais e à internet, impactando também na falta de experiência e treinamento dos docentes para o uso das ferramentas e dos métodos disponíveis durante a pandemia.

A pandemia influenciou e intensificou ainda mais a desigualdade vivenciada entre as crianças. Uma das professoras entrevistadas mencionou que um dos desafios proporcionados pelo ensino a distância foi a defasagem entre os alunos.

Consequentemente, os alunos que tiveram os equipamentos tecnológicos e a presença dos pais para realizar as tarefas conseguiram aprender. Notou-se que esse foi um fator essencial para superação dos obstáculos impostos na aprendizagem durante a pandemia. Essa realidade não foi a mesma para aqueles que não possuíam aparelhos digitais ou aqueles cujos pais tiveram que se dedicar ao trabalho para o sustento da família.

Outro desafio mencionado pelas professoras e coordenadoras foi a dificuldade de alfabetizar e letrar uma criança sem estar perto dela. As falas destacam um aspecto essencial da prática docente: a necessidade de estar junto com o aluno, da troca e do acompanhamento do desenvolvimento do sujeito.

A reabertura da escola foi marcada por essa desigualdade entre os alunos. Como resposta, a escola e a Prefeitura de Belo Horizonte criaram projetos com intuito de amenizar os impactos da pandemia.

Entre os projetos, destacamos o Tempo de Aprender e o Reforço Escolar, que são ofertados para as crianças que possuem dificuldades na aprendizagem, principalmente na alfabetização.

Entre as novidades proporcionadas pela pandemia, as professoras entrevistadas mencionaram a adoção de recursos digitais em sala de aula, como o uso de projetor, *tablets* e momentos para usufruir deles no turno regular e contraturno (Escola Integrada).

Conclui-se que a Alfabetização e o Letramento na reabertura das escolas na pandemia da Covid-19 proporcionaram desafios no corpo escolar. Entre eles, a defasagem entre os alunos ocasionada pela falta de acesso a equipamentos ligados à internet e de acompanhamento dos pais nas atividades.

A pesquisa afirmou a importância das escolas em criar estratégias para amenizar as dificuldades dos alunos, como a criação de projetos e a adoção de equipamentos tecnológicos, elencados como forma de amenizar os impactos da pandemia.

Logo, espera-se que esta pesquisa possa ampliar e influenciar mais estudos acerca do enfrentamento da pandemia pelas escolas, como também proporcionar momentos de fala e escuta sobre as experiências das crianças a respeito desse momento atípico, buscando sempre valorizá-las como sujeito de direitos.

REFERÊNCIAS

AGLOMERADO Morro das Pedras. *In*: FAVELA é Isso Aí. Belo Horizonte, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/aglomerado-morro-das-pedras/>. 27 jun. 2020. Acesso em: 25 jul. 2023.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 17.298, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus – COVID-19. Diário Oficial do Município. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de->

governo/saude/2020/DOM%20-%20Decreto%20n%C2%BA17.298%2017-03-2020.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Educação em tempos de pandemia**. Belo Horizonte, 08 set. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/conselho/educacao-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Olá, profissionais da Educação! **Comunica Rede**. Belo Horizonte, 24 set. 2021. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2021/comunica-rede-n24_set21.pdf. Acesso em: 06 out. 2022.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Emergencial de Alfabetização – PEALFA**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2021/plano-emerg-alfabetizacao-estud-1-3-ens-fund-rme.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Percursos Curriculares e Trilhas de Aprendizagens para a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte em Tempos de Pandemia**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2021/percursos-curriculares_21maio2021-atualizado.pdf. Acesso em: 17 mar. 2022.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações para a prestação de serviço em teletrabalho e sobreaviso – 24/03 – por e-mail**. Belo Horizonte, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/noticia/orientacoes-para-a-prestacao-de-servico-em-teletrabalho-e-sobreaviso-24-03-por-e-mail.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018, p. 59. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Nota de Esclarecimento**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/phpdBTE6G_5e751f60aa1ee.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subsecretaria para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 jan. 2023.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 6.

FREIRE. Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MENTA, Marina. **Alunos e professores relatam dificuldades no ensino à distância em Minas Gerais**. Brasil de fato. Belo Horizonte, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatong.com.br/2020/06/23/alunos-e-professores-relatam-dificuldades-no-ensino-a-distancia-em-minas-gerais>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004. p. 136.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023. p.1-16.

PAIS de alunos e especialistas criticam decisão de Kalil de não prever volta às aulas presenciais nem ensino remoto em BH. Belo Horizonte, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/08/12/pais-de-alunos-e-especialistas-criticam-decisao-de-kalil-de-nao-prever-voltas-as-aulas-presenciais-nem-ensino-remoto-em-bh.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed., 5. Reimpr. São Paulo: Contexto, 2021. p. 192.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016. *E-book*.